

Data de Nascimento — 16/3/1979
 Naturalidade — S. Domingos de Benfica, Lisboa

Habilitações literárias e formação académica:

2004 — Licenciatura em Direito (Menção em Ciências Jurídico-Políticas) — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2005 a 2006 — Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial — Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa

2006 a 2007 — Curso de Pós-Graduação em Notariado — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Desde 2012 — Técnico Superior a exercer funções na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), na área dos recursos humanos, com especial incidência na legislação aplicável aos membros do Governo e gabinetes de apoio, bem como nos vínculos e carreiras do pessoal das entidades apoiadas pela PCM;

2011 a 2012 — Técnico Superior na Inspeção-Geral das Atividades Culturais, tendo exercido funções jurídicas na área da gestão de recursos humanos e financeiros, com particular enfoque na carreira especial de inspeção e nos regimes específicos de vinculação, avença e tarefa de pessoal no âmbito de entidades tuteladas pela Secretaria de Estado da Cultura;

2008 a 2011 — Consultor Jurídico na área de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com relevo nos estatutos da carreira docente universitária e do ensino superior politécnico, assim como nas carreiras gerais do pessoal das entidades tuteladas pelo Ministério;

2007 a 2008 — Consultor jurídico na área do crédito hipotecário do Banco Santander Totta S.A., em regime de outsourcing;

2005 a 2008- Conclusão do Estágio com inscrição na Ordem dos Advogados Portugueses e exercício profissional de Advocacia em escritório sito em Lisboa.

Formação profissional relevante:

Frequência de ações de formação em matéria do regime de vinculação, carreiras e remuneração, regime do contrato de trabalho em funções públicas, seleção e recrutamento, sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), sistemas de monitorização, auditoria e controlo interno e Código do Procedimento Administrativo.

207350129

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso n.º 13482/2013

Nos termos do disposto no n.º 4 da parte II do Regulamento de Avaliação Permanente do pessoal do Grupo de Administração Tributária, notificam-se os interessados da lista de classificação final da avaliação permanente, do ciclo de avaliação para técnico de administração tributária nível 2 do grau 4 do GAT, resultante da média dos três testes realizados pelos trabalhadores integrados no ciclo de avaliação iniciado por despacho de 19/03/2012 da Subdiretora-Geral, proferido no uso de competências delegadas pelo Diretor-Geral da AT, para efeitos de reconstituição da carreira na sequência de execução da Sentença do TAF de Sintra, de 23/12/2011, homologada por despacho de 24/10/2013 do Diretor-Geral:

Número de func.	Nome	1.º teste	2.º teste	3.º teste	Cl. final
12188	Ana Paula Silva Oliveira Salvador	09,5	16,5	16,0	14
11518	António Manuel Neves Alves	11,0	14,0	14,0	13
11754	Carla Maria Conceição Freitas Miranda	11,5	17,0	15,0	14,50
53111	Fernando Manuel Martins Matos Lemos	09,0	16,0	15,5	13,50
241	Maria Dores Rodrigues Marques Lopes	09,0	12,0	14,5	11,83
10952	Maria Helena Suzana Mendes Garrido	08,5	12,0	13,5	11,33

Da homologação da lista de classificação final podem os interessados interpor recurso hierárquico para o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no prazo de dez dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente Aviso, o qual deverá ser remetido pelo correio, em carta registada, para a Av. Infante D. Henrique n.º 1, 1149-009 Lisboa, ou entregues pessoalmente na mesma morada, devendo, em ambos os casos, os recursos dar entrada no Serviço até ao último dia do prazo acima referido.

O processo encontra-se disponível para consulta na Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua do Comércio, n.º 49, 3.º, em Lisboa, diariamente, das 10H00 às 12H30 e das 14H00 às 16H00.

25 de outubro de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
 207353304

Declaração de retificação n.º 1174/2013

Por ter saído com inexatidão o sumário do despacho n.º 13455/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 204, de 22 de outubro de 2013, relativo à delegação de competências da diretora de Finanças de Setúbal, procede-se à sua retificação, pelo que onde se lê «Delegação de competências da Diretora de Finanças Adjunta de Setúbal, Maria do Carmo Nunes Farinha de Oliveira Morgado» deve ler-se «Delegação de competências da diretora de finanças de Setúbal, Maria do Carmo Nunes Farinha de Oliveira Morgado».

21 de outubro de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.
 207354544

Declaração de retificação n.º 1175/2013

Por ter saído com inexatidão o sumário do despacho n.º 13495/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 23 de outubro de 2013, relativo à delegação de competências da diretora de Finanças de Setúbal, procede-se à sua retificação, pelo que, onde se lê:

«Delegação de Competências da Diretora de Finanças Adjunta de Setúbal, Maria do Carmo Nunes Farinha de Oliveira Morgado»

deve ler-se:

«Delegação de competências da diretora de Finanças de Setúbal, Maria do Carmo Nunes Farinha de Oliveira Morgado.»

21 de outubro de 2013. — O Chefe da Divisão, *Manuel Pinheiro*.
 207354463

Despacho n.º 14299/2013

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que a republicou, e concluído o procedimento concursal de seleção para recrutamento de Chefe de Divisão de Cobrança Executiva (DCE) da Direção de Serviços de Cobrança (DSC), cargo de direção intermédia de 2.º grau, servido pelo *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de junho de 2013, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação do Licenciado João Carlos Costa Dias, por reunir as condições mais adequadas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, o candidato para além do que resulta do seu currículo, revelou no processo de entrevista deter profundo e sólido conhecimento do enquadramento legal aplicável, revelando, ainda, em razão do concreto exercício de funções dirigentes no cargo a que se candidata, conhecer as necessidades e os desafios que neste momento se colocam à AT.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de Chefe de Divisão de Cobrança Executiva (DCE) da Direção de Serviços de Cobrança (DSC), em comissão de serviço, pelo período de três anos, o Técnico de Administração Tributária nível 2, Licenciado João Carlos Costa Dias, com efeitos a 1 de setembro de 2013.

22 de agosto de 2013. — O Diretor-Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

Curriculum vitae

João Carlos Costa Dias

Habilitações académicas — Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa

Percurso profissional

2006-2013 — Chefe da Divisão de Cobrança Executiva, em regime de substituição

2006-2013 — Técnico de Administração Tributária Nível 2

1999-2006 — Técnico de Administração Tributária Nível 1

1998-1999 — Perito Tributário

1991-1998 — Técnico Tributário

1983-1991 — Liquidador Tributário

1982-1983 — Liquidador Tributário Estagiário

Atividade profissional

1982-1987 — Atividade em Serviços de Finanças, nas áreas do Imposto Profissional, Imposto Complementar, Contribuição Industrial, Imposto de Capitais, Imposto de Mais-Valias e Sisa

1988-1990 — Integração na equipa da DGCI que implementou a reforma dos Impostos Sobre o Rendimento

1991-2013 — Exercício de funções nos Serviços Centrais da DGCI, na Direção de Serviços de Cobrança

Informação complementar

Curso de Alta Direção do INA

Coordenador de estágios na Direção de Serviços de Cobrança

Frequência de diversos cursos nas áreas da administração pública, comportamental, financeira, de gestão e tributária.

Participação em ações de formação, grupos de trabalho, seminários, reuniões e workshops, em representação da DGCI, da Área de Cobrança e da Direção de Serviços de Cobrança, onde se destacam o Grupo de Trabalho “Melhoria das Comunicações com o Exterior” (2006/2007) e o Workshop “Tax Collection Issues”, em Budapeste (IOTA 2008).

207349303

Despacho n.º 14300/2013

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que a republicou, e concluído o procedimento concursal de seleção para recrutamento de Chefe de Divisão de Controlo de Fundos (DCF) da Direção de Serviços Contabilidade e Controlo (DSCC), cargo de direção intermédia de 2.º grau, publicitado no *Diário da República* n.º 119, 2.ª série, de 24 de junho de 2013, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação do Licenciado António José Coimbra Mateus, por reunir as condições mais adequadas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, o candidato para além do que resulta do seu currículo, revelou no processo de entrevista deter profundo e sólido conhecimento do enquadramento legal aplicável, revelando, ainda, conhecer as necessidades e os desafios que neste momento se colocam à AT.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de Chefe de Divisão de Controlo de Fundos (DCF) da Direção de Serviços Contabilidade e Controlo (DSCC), em comissão de serviço, pelo período de três anos, o Técnico de Administração Tributária nível 2, Licenciado António José Coimbra Mateus, com efeitos a 1 de setembro de 2013.

22 de agosto de 2013. — O Diretor-Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

ANEXO**Curriculum vitae**

Nome: António José Coimbra Mateus.

Formação Académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;

Pós-Graduação em Estudos Jurídicos Avançados para Quadros da DGCI, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa.

Categoria Profissional: Técnico de administração tributária, grau 4 nível 2.

Desempenho Profissional:

De 2011 a 2013 — Assessor do Subdiretor-Geral da área da Cobrança;

De 2006 a 2011 — Chefe de Divisão da Divisão de Apoio e Controlo das Secções de Cobrança (DACSC) da Direção de Serviços de Contabilidade e Controlo;

De 2005 a 2006 — Chefe da Secção de Cobrança do Serviço de Finanças do Barreiro;

De 1991 a 2004 — Tesoureiro de Finanças de nível I, chefiando os Serviços de Cobrança de Lisboa 19 (posteriormente Lisboa 14) e Barreiro;

1985 — Início de funções no Ministério das Finanças.

Atividades Complementares:

Faz parte da bolsa de formadores da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Pública-INA;

Representante da DGCI no fórum SEPA (Single Euro Payments Area) sob a égide do Banco de Portugal, no âmbito da sua participação no Sistema Europeu de Bancos Centrais;

Fez parte do grupo de trabalho para a criação do Departamento de Cobrança;

Fez parte do grupo de trabalho para o imposto municipal sobre veículos;

Fez parte do grupo de trabalho para a reforma dos impostos rodoviários;

Superintendeu o grupo de trabalho de evolução do Sistema Local de Cobrança para ambiente Web;

Fez parte do júri das provas orais no concurso para o acesso à Magistratura (Tribunais Administrativos e Fiscais).

Formação Profissional:

Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), ministrado pelo INA;

Curso de Chefia Tributária;

Curso de formação pedagógica inicial de formadores, com o respetivo certificado de aptidão profissional (CAP) emitido pelo IEFEP;

Curso Geral e Complementar de Tesouraria do Estado;

Diversos cursos de formação, designadamente referentes a fiscalidade, planeamento e controlo de gestão, gestão de equipas, liderança, condução de reuniões e gestão do tempo;

Frequência de vários seminários para chefias e dirigentes.

207349271

Despacho n.º 14301/2013

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que a republicou, e concluído o procedimento concursal de seleção para recrutamento de chefe de divisão de Cobrança Voluntária (DCV), da Direção de Serviços de Cobrança (DSC), cargo de direção intermédia de 2.º grau, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de junho de 2013, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal, propôs, fundamentadamente, a designação da licenciada Ana Maria Martins Morgado Silva Amaral, por reunir as condições mais adequadas para o cargo a prover.

Considerando os fundamentos apresentados pelo júri, a candidata para além do que resulta do seu currículo, revelou no processo de entrevista deter profundo e sólido conhecimento do enquadramento legal aplicável, revelando, ainda, em razão do concreto exercício de funções dirigentes no cargo a que se candidata, conhecer as necessidades e os desafios que neste momento se colocam à AT.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação conferida pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, concordo com a proposta do júri, pelo que designo no cargo de chefe de divisão de Cobrança Voluntária (DCV), da Direção de Serviços de Cobrança (DSC), em comissão de serviço, pelo período de três anos, a técnica de administração tributária, nível 2, licenciada Ana Maria Martins Morgado Silva Amaral, com efeitos a 1 de setembro de 2013.

22 de agosto de 2013. — O Diretor Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

Curriculum vitae

Ana Maria Martins Morgado Silva Amaral.